



CONGRESSO NACIONAL  
EMENDA ADITIVA

**EMENDA Nº - CMMPV 1323/2025**  
**(à MPV 1323/2025)**

Dê-se nova redação aos incisos II e II-A do § 2º do art. 2º, ambos da Lei nº 10.779, de 25 de novembro de 2003, na forma proposta pelo art. 1º da Medida Provisória, nos termos a seguir:

“Art. 2º .....

.....

§ 2º .....

.....

**II** – cópia dos documentos fiscais de venda do pescado à empresa adquirente, consumidora ou consignatária da produção, em que constem o registro da operação realizada e o valor da respectiva contribuição previdenciária de que trata o art. 30, § 7º, da Lei nº 8.212, de 24 de julho de 1991;

**II-A** – Na hipótese de comercialização da produção com pessoa física deverá comprovar a inscrição como segurado especial da Previdência Social nos termos do art. 11, inciso VII, letra “b, da Lei 8.213, de 24 de julho de 1991; e

.....” (NR)

**JUSTIFICAÇÃO**

O Seguro defeso não é um benefício previdenciário. Desta forma a contribuição previdenciária não pode ser exigida como condição para a sua



concessão. Neste caso, os documentos devem se limitar à comprovação da atividade laboral ou a sua classificação como pescador artesanal.

Sala da comissão, 11 de novembro de 2025.

**Deputada Dilvanda Faro**  
**(PT - PA)**  
**MEMBRO TITULAR CMMPV**

**Deputado João Daniel**  
**(PT - SE)**  
**PARLAMENTAR**



Para verificar a assinatura, acesse <https://infoleg-autenticidade-assinatura.camara.leg.br/CD258266008900>  
Assinado eletronicamente pelo(a) Dep. Dilvanda Faro

